

DIALOGICIDADE NO UNIVERSO ESCOLAR: O ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E PRÁTICA DOCENTE EM MARIBONDO/AL

DIALOGICITY IN THE SCHOOL UNIVERSE: SEXUAL ABUSE AGAINST CHILDREN AND TEACHING PRACTICE IN MARIBONDO/AL

RESUMO

O artigo traz análise sobre os impactos do abuso sexual contra crianças de Maribondo/AL e como esta anomalia influencia na vida estudantil deste público, no seu processo de aprendizagem. Verifica a atuação dos professores no sentido de identificar os relativos acontecimentos, seus vínculos com o conselho tutelar e os CRAS. É uma abordagem dos processos legais e revisão da literatura e dos conceitos afins. Constitui-se, portanto, em estudo da dialogicidade da escola com a criança e com entidades diretamente responsáveis pelo combate ao delito em questão. Aponta o aperfeiçoamento de políticas públicas como ferramenta na redução destas ocorrências e no amparo das vítimas. Constata-se que os principais abusadores são da própria casa onde mora a criança ou são pessoas muito próximas e por isto eles/elas ficam sempre receosos de comunicar o ocorrido e sentem-se envergonhas com sentimento de culpa. Quanto à metodologia, trata-se um estudo de cunho quanti-qualitativo; na coleta de informações foram aplicados questionários, entrevistas e acessou-se fonte documental nas escolas, no conselho tutelar e no CRAS. Tem como fim ser um contributo à amenização dos prejuízos à vida escolar destes iniciantes no mundo estudantil e alertar os profissionais docentes sobre o problema, para de algum modo, reduzir ou inibir eventuais abusos.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil. Dialogicidade. Políticas Públicas. Docente.

ABSTRACT

The article analyzes the impacts of sexual abuse against children in Maribondo/AL and how this anomaly influences the student's life in this audience in their learning process, it verifies the role of teachers in order to identifying the relative events, their links with the tutelary council and the CRAS. It is an approach to legal processes and a review of the literature and related concepts. Therefore, it constitutes a study of the school's dialogicity with the child and with directly responsible entities for combating the crime in question. It points to the improvement of public policies as a tool in the reduction of these occurrences and in the protection of victims. It appears that the main abusers are from the house where the child lives or are people very close of them, that is why they are always afraid to report what happened and feel ashamed with guilt. As for the methodology, this is a quantitative and qualitative study, in the collection of information, questionnaires and interviews were applied and a documentary source was accessed in schools, in the tutelary council and in CRAS. It aims to be a contribution to mitigate the damage to school life of these beginners in the student world and alerting teaching professionals about the problem, to somehow reduce or inhibit any abuse.

Keywords: Child sexual abuse. Dialogicity. Public policy. Teacher.

Leila Kely dos Santos da Paz

Universidade Federal de Alagoas
Mestra em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM/UFAL)
Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências e Tecnologias Afro-Latino-Americanas (GP-ECITALA)
leilakely@outlook.com
ORCID: 0000-0002-3143-8860

Almir Bispo dos Santos

Universidade Estadual de Alagoas
almiresbs@outlook.com
ORCID: 0000-0003-0034-0083

Introdução

Compreender a violência e o abuso sexual como ações que destroem os ambientes sociais e os indivíduos que são submetidos a tais formas de opressões é um dos caminhos possíveis para a elaboração de políticas públicas mais eficientes, voltadas para a redução destes episódios. Torna-se relevante uma reflexão crítica e coerente sobre a violência e o abuso sexual contra crianças, pois, estes sujeitos não são autônomos e não estão aptos a se defenderem perante as opressões que sofrem, as quais invariavelmente partem daqueles que deveriam lhes proteger.

Lima (2013) assinala que a violência não é um assunto de fácil abordagem, pois se trata de algo que remete à dor, abandono, sofrimento e amargor, seja ela institucional, doméstica, urbana, etc. Assim, concorrem no abuso sexual uma composição sempre associada à brutalidade, agressividade e crueldade, cometida por um adulto contra uma criança, contra alguém que não está em condições de reagir, nem entender o que se passa. Deste modo, a escola pode ser ferramenta preparadora dos indivíduos que se mostram inicialmente incapazes de “dizer não” e se pronunciar em particular com pessoas responsáveis, de sua confiança de fato, a fim de frear as ilicitudes. Se apropriar da voz e tomar a palavra para si é um ato de rebeldia e posicionamento mediante o ato de violência (FREIRE, 2019).

De todo modo, falar sobre a violência sexual na escola não é algo fácil, nem tampouco bem visto sobre a óptica de pais e professores, como qualquer assunto afim ao tema “sexualidade”. A palavra “sexo” ou “sexualidade”, gera por si só, um desconforto nas pessoas em geral, devido, sobretudo, a formação puritana e tradicional, sempre vista como tabu. Resultado é que as crianças crescem, na maioria dos ambientes familiares, sem nenhum tipo de conversa sobre o assunto. Neste itinerário, a família deve ser mais aberta quanto a esta temática, sob pena de haver cada vez mais pessoas traumatizadas pela (pregressa) violência sexual infantil, como também por outras circunstâncias.

Serão abordados no percurso do texto: a formação do professor como base para sua habilitação no trato com os casos de abuso sexual infantil, a começar pela prevenção, com uma educação sexual que permita ao suposto abusado esboçar reação, a passar pela identificação de eventuais abusos sofridos por seu alunado, e por fim fazer encaminhamentos das vítimas às autoridades com as devidas denúncias e acompanhamento delas; relato das atribuições dos Conselhos Tutelares da Infância, dos

CRAS (Centro de Referências e Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), seguido pela análise de suas práticas; apresentação da legislação referente à infância, com foco à sua condição de vítima de crime sexual; e por fim apresentação do quadro da violência sexual infantil com demonstração dos dados coletados e respectivas análises.

Para a coleta de informações, foram aplicados 10 questionários na Escola de Educação Básica Dom Pedro I, em Maribondo, dos quais, três questionários com a direção, vice-direção e coordenação pedagógica (um para cada) e sete questionários com professores - as visitas a esta unidade escolar foram programadas sempre em horário de aula, a fim de conhecer o funcionamento das mesmas em sua normalidade. Por sua vez, entre os conselheiros tutelares foram seis questionários e um questionário para a assistente social do CRAS/CREAS.

A formação docente como suporte na identificação de violências

As discussões sobre este assunto vêm sendo ampliada em todas as vertentes institucionais, a capacitar os docentes juntamente com os gestores escolares, a fim de refinar a percepção destes profissionais no combate à violência contra crianças. A violência sofrida por crianças interfere decisivamente no seu desenvolvimento, sobretudo na aprendizagem. Verificando tais problemas, os profissionais docentes devem assumir cotidianamente responsabilidades, no sentido de que suas práticas sejam úteis no combate ao problema.

Com efeito, a violência contra crianças quando divulgado pela mídia, sempre acarreta uma comoção geral nos inúmeros grupos da sociedade civil, tamanha a violência psicológica, física e mental praticadas e a irreversibilidade das consequências a que estes indivíduos são submetidos. Vale ressaltar que as políticas públicas voltadas à questão vêm ganhando espaço a partir das lutas de determinados setores sociais e órgãos internacionais, porém, nem sempre esta temática esteve no centro das discussões. A este respeito, Veet (2013) afirma que:

Um dos grandes problemas que se coloca para a consolidação da garantia dos direitos fundamentais da infância e da adolescência diz respeito às

diversas formas de violência cometidas contra milhões de meninos e meninas, influenciando de maneira direta seu desenvolvimento integral. Todavia, apesar dos efeitos e da intensidade do fenômeno, o tema ainda não recebe um tratamento adequado por parte da mídia (VEET, 2013, p. 49).

A Organização das Nações Unidas (ONU) busca mudanças efetivas para reduzir as ocorrências desta natureza e tem estudado medidas mais eficientes para os agressores e encontrar a viabilização de projetos para o enfrentamento de casos de abuso, violência e exploração, como o monitoramento dos casos registrados.

Entretanto, Veet (2013) indica a necessidade de “identificação de um ponto focal, preferencialmente em nível ministerial, para que seja integrado aos processos nacionais de planejamento de prevenção e combate a violência” (p. 50). A discussão sobre este tipo de violência dentro do contexto escolar entre docentes e corpo escolar é algo restrito e pouco frequente, devido especialmente à falta de domínio de saberes e experiência. Porém, este cenário vem apresentando uma nova perspectiva, a partir das interações entre os agentes envolvidos e o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, os quais atuam, promovendo palestras, fóruns, seminários e eventos similares, além de receber denúncias e tomar as providências apropriadas em defesa dos vulneráveis em foco.

A persuasão de pensamentos pelo falar sobre sexo com crianças pode ser visto como estímulo à vida sexual ativa precoce. Este fator dificulta o diálogo dentro do contexto familiar, como também na escola. Abre-se espaço então para que atos de perseguição e (falsa) denúncia sejam instalados nas escolas, ambiente no qual os pais ou responsáveis são estimulados a tomar medidas duras contra os/as docentes com formação mais aberta, mais ampla e dinâmica, de caminho oposto à concepção tradicionalista e puritana. Sob este ponto de vista, Barros e Freitas (2016) acrescentam que

Discutir sobre sexualidade em sala de aula não é trabalho simples para muitos professores (as), uma vez que essa discussão os medos, ansiedades e inibições dos (as) professores (as) quanto à sexualidade, por esse e outros motivos, tais profissionais não sabem como conduzir uma aula junto às crianças e aos adolescentes de forma clara, responsável e comprometida com a garantia de um desenvolvimento sexual saudável destes sujeitos. À luz desses motivos, inicialmente, é pertinente que a escola possua um planejamento de estudo, análise de discussão sobre o tema e que neste planejamento haja uma definição consciente da escolha teórica, garantindo, assim, ao seu trabalho, uma coerência teórico-prática. Neste ponto, defende-se a idéia, a adesão a uma teoria crítica que vise a

emancipação do sujeito por meio do esclarecimento de sua condição no mundo (BARROS; FREITAS, 2016, p. 200-201).

Decerto, em qualquer prática de violência, existe um opressor e um oprimido, o primeiro comete algum tipo de opressão, seja de forma verbal, física ou psicológica. A vítima poderá apresentar diversas reações, podendo em alguns casos reproduzir na sua fase adulta ou ainda na infância a violência que sofreu em momentos de sua vida. Freire (2019) debate a relação entre opressores e oprimidos, como também, o processo doloroso de libertação que o segundo sofre ao transcender às situações-limites.

[...] Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão do seu poder, não podem ter, roeste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambas. Por isto é que o poder dos opressores, quando se prende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que sua "generosidade" continue tendo oportunidade de realiza-se, da permanência da injustiça. A "ordem" social injusta é a fonte geradora, permanente, desta "generosidade" que nutre a morte, do desalento e da miséria. (FREIRE, 2019, p. 17)

Freire (2019) diz que uma situação de violência pode gerar formas de ser e comporta-se, mediante aqueles que estejam envolvidas nos atos de opressores e oprimidos, em situações concretas, as quais acabam refletindo sobre as opressões que o marca. Indubitavelmente, uma criança e adolescente que sofra algum tipo de violência levarão consigo marcas impregnadas em sua mente, seja no consciente ou no subconsciente.

O professor deverá sempre se posicionar e desenvolver seu senso perceptivo sobre o que acontece em sua sala de aula e fora dela (com seus alunos e alunas). Preocupar-se com todos é uma forma ativa de se efetivar como um sujeito de ação. Assim, introduzir um comportamento não discriminatório é de suma importância, pois, o educador irá se deparar com práticas sociais diferentes e adversidades. Sendo assim, a discriminação não cabe no espaço escolar.

[...] A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano, nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos, quando vivemos a impunidade dos que matam

meninos de rua, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não tem alma. Negros não rezam. [...] Pensar e fazer errado, pelo visto, não tem mesmo nada que ver com a humildade que o pensar certo exige. Não têm nada haver com o bom senso que regula nossos exageros e evita nossas caminhadas até o ridículo e a insensatez (FREIRE, 2002, p. 17).

O abuso sexual é difícil de ser detectado porque nem sempre apresenta marcas físicas visíveis. Deste modo, profissionais docentes capacitados ajudam sensivelmente na identificação destes crimes ou até evita-os. Normalmente, professores não recebem uma formação direcionada a este fim, portanto, apenas ocasionalmente consegue identificar o delito em ação.

Associando-se a falta de clareza nos conceitos a uma ignorância quase completa a respeito da legislação e das atribuições das diferentes instituições e áreas de conhecimento sobre o assunto, temos como resultado profissional totalmente despreparado para enfrentar os casos reais que se apresentam, temerosos em se posicionar diante destes e receosos de que o encaminhamento de uma suspeita resulte em algum tipo de inconveniente legal para profissional. (LENER, 2000, p.16).

O espaço escolar como ambiente dialógico

O combate ao abuso sexual começa timidamente a adentrar no espaço escolar através de cartazes e palestras, promovidas pelo Conselho Tutelar, CREAS e CRAS, bem como na instituição o dia 18 de março como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças. Porém, cabe indagar se estas iniciativas são suficientes para uma mudança nas ações dos profissionais da educação no seu dia a dia nas escolas no município objeto. Tem ele inquirido seus discentes a fim de identificar possíveis atos de violência sexual em suas vidas? Qual o papel dos professores frente à ameaça aos direitos da pessoa humana, em especial daqueles que estão sob sua responsabilidade?

Santos (2017) ressalta a importância dos profissionais de educação como agentes protetores dos adolescentes que foram violentados sexualmente, atuando no acolhimento destas vítimas, ainda porque é recorrente a violência sexual no meio familiar, o que dificulta o relato das vítimas que, por insegurança, acabam se calando ou procurando em

outros locais um aparato. O professor deverá estar atento aos possíveis sinais emitidos, mesmo timidamente, por seu alunado que sofreu qualquer violência. Mas, muito ainda precisa acontecer.

[...] Os educadores não se encontram preparados para atuarem no combate a estas situações, pois a forma o de professores na área dos maus-tratos é escassa e cheia de lacunas. Nossos cursos de forma o de professores estão impregnados de tecnicismo e visam uma forma o voltada para o processo ensino-aprendizagem das disciplinas específicas, deixando de lado não apenas as questões relativas a sexualidade, ética, relacionamentos interpessoais e cidadania como também as questões relativas a prática docente, as de ordem pedagógica e as de cunho político-pedagógico, que vão além do conhecimento de uma disciplina. (SANTOS, 2017, p. 38)

Ademais, a violência sexual reveste-se de uma medição de poder do mais forte sobre o mais fraco a se revestir de opressão. Ao mesmo tempo, ela se liga às relações de gênero, visto que, a maioria dos abusos ocorre com crianças do sexo feminino e a escola, assim como outras instituições sociais, acaba por reproduzir esta forma de pensar a partir do momento que define posturas, tarefas, comportamento, conforme o gênero de cada um.

[...] O processo educativo escolar, que se instala no início dos tempos modernos, se assenta, pois, na figura de um mestre exemplar. Diferentemente dos antigos mestres medievais, ele se tornará responsável pela conduta de cada um de seus alunos, cuidando para que esse carregue, para além da escola, os comportamentos e as virtudes que ali aprendeu. Para que isso aconteça, não basta que o mestre seja conhecedor dos saberes que deve transmitir, mas é preciso que seja, ele próprio, um modelo a ser seguido [...]. (LOURO, 1997, p.96).

Por longo tempo, exercer a profissão docente nos mais elevados níveis foi exclusivamente um ofício masculino, como os cargos de alto escalão; já as mulheres começaram a lecionar nos níveis mais baixos, nas fazendas, como serviçais dos senhores de engenho ou nas escolas confessionais. As mesmas deveriam ter uma postura e comportamento impecáveis. Nada poderia estragar sua reputação, caso contrário, seriam expulsas e não mais consideradas eram vistas como senhoras ou senhoritas de “respeito”. Comportamentos fora do padrão das profissionais da educação eram tratados como escândalos e adviam com isto, acusações, atitudes discriminatórias, nos espaços sociais em geral. Este ideário permanece até nossos dias, embora de forma mais suave, sucinta, camuflada e reproduz-se no arcabouço estrutural das unidades escolares.

A violência sexual contra crianças em Maribondo/AL

Crianças vítimas de violência sexual apresentam dificuldades em seu desenvolvimento cognitivo, social e cultural. Diante de sua fragilidade emocional, o silêncio é algo que contribui significativamente para a impunidade dos opressores, como também produz impactos psicológicos nas vítimas. Estes prejuízos recaem em dificuldades de aprendizagem, como na falta de interesse nos estudos, desmotivação e insegurança, dentre outros fatores possíveis de diagnóstico no contexto escolar. São prenúncios que reforçam a necessidade de ajustes na escola, que deve se dar, de forma dirigida, de modo a criar mecanismos de parceria com instituições de apoio e atendimento às crianças vítimas de violência – a exemplo do CREAS, CRAS e demais serviços de atendimento disponibilizados pelos órgãos públicos a desenvolver ações de formação que preparem quem trabalha junto aos alunos, não só professores, como também os pais e demais profissionais que atuam na comunidade escolar. Assim, Melli afirma que

[...] o impacto e as consequências psicológicas do abuso sexual para as suas vítimas, especialmente crianças, sendo então apresentado o conceito de **violência intrafamiliar** (*grifo do autor*). Mesmo que o abuso sexual, em muitos casos, não deixe marcas físicas visíveis em suas vítimas – tal prática pode deixar profundas impressões no “psiquismo” de suas vítimas, tanto a curto como a longo prazo – trazendo um grande sofrimento para elas. (2011, p. 16-17)

A violência sexual contra crianças interfere no seu comportamento, pois mesmo não sabendo o que está a sofrer, seu corpo e seu psicológico começam a reagir espontaneamente. O abuso sexual na infância, como dito antes, costuma não apresentar marcas físicas, pois a maioria das crianças foi aliciada por longo período, facilitando o ato, porém quando ocorre o abuso pela força física torna-se mais fácil a identificação, pois a criança apresenta marcas de violência e a comprovação por exames laboratoriais é efetiva.

Ao chegar à vida adulta estas crianças podem sofrer distúrbios psiquiátricos, a longo e médio prazo. Isto pode se apresentar sob diversas formas, desde uma desconfiança até desajustes na sua vida sexual. Sob este ponto de vista, há alertas sobre os danos causados aos indivíduos abusados na infância e na adolescência.

O perfil dos abusadores sexuais das vítimas remonta a indivíduos com aparência aparentemente normal e não levanta suspeita.

O abusador é uma pessoa comum, que mantém preservadas as demais áreas de sua personalidade, ou seja, é alguém que pode ter uma profissão e até ser destaque nela, pode ter uma família e até ser repressor e moralista, pode ter bom acervo intelectual, enfim, aos olhos sociais e familiares pode ser considerado 'um indivíduo normal'. Ele é perverso, e faz parte da sua perversão enganar a todos sobre sua parte doente. Para ele, enganar é tão excitante quanto a própria prática do abuso (IEMCARELLI, 2019, p. 1).

Em Maribondo/AL identificou-se que eles fazem parte do convívio familiar das crianças abusadas. Pessoas de sua confiança e admiração, dentre elas estão os pais, seguido dos tios, avós e primos ressaltando que se refere aos casos acompanhados no local, sem descartar a possibilidade da existência de outros personagens e outros casos, inclusive do desconhecimento das autoridades públicas responsáveis. Em geral, portanto, são sujeitos próximos de sua vítima, tendo assim, intimidade, confiança e respeito das vítimas, de modo a facilitar a continuidade da prática abusiva por longo período e difícil suspeita.

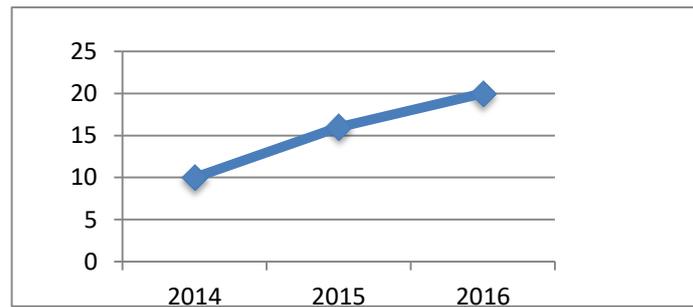
Figura 1. Suspeitos de abuso sexual

Os pais	20%
Os tios, avós e primos	80%
Vizinhos	0%
Desconhecidos da família	0%

Fonte: Conselho Tutelar

A complexidade do abuso sexual começa pela sua identificação e segue com a comprovação. Os danos causados às vítimas podem ser de forma direta ou indireta, e não precisa haver o ato sexual em si, o aliciamento também o é, pois uma criança foi usada para a satisfação de alguém (um adulto).

Foi possível verificar entre os anos de 2014 e 2016, um aumento expressivo de casos suspeitos ou comprovados de abuso sexual no município. Houve uma elevação perto do dobro de casos, de 2014 a 2016 (fig. 3). Entretanto, este aumento pode significar que o medo e a barreira de procurar ajuda estão aos poucos sendo ultrapassadas pela vontade de exercer a justiça, ainda mais quando, políticas públicas estão sendo adotadas para o enfrentamento do problema.

Figura 2. Registros de casos de abuso sexual contra crianças em Maribondo/AL.

Fonte: Conselho tutelar

Vale reproduzir a fala de uma conselheira ao ser indagada sobre o papel dos conselheiros tutelares, junto à escola, quanto ao abuso sexual:

Segundo o art. 1º do ECA diz que esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. É imprescindível esta lei na vida das pessoas (crianças) do nosso Brasil. É importante na profissão do Conselheiro Tutelar, pois sua proteção também suporta quem Ela recorre por seus conhecimentos, e ensinamentos. O papel do conselheiro tutelar é a armadura de proteção no enfrentamento contra os lobos com peles de cordeiros, que covardemente machucam os anjos (crianças) indefesos. Desempenhamos junto à escola a protagonização de sermos os olhos das crianças indefesas, onde entramos com a informação dos artigos do ECA, de forma lúdica, com palestras onde vira dinâmica, onde as crianças tem vez, e participação no debate em promoção da vida de crianças na escola. A cada programação junto a escola, acredita-se que cada criança sai fortalecido em saber que existe uma lei em defesa de sua vida, dando-lhe o direito a educação, a vida, a saúde, a alimentação, do lazer, do esporte, da cultura, da convivência familiar e comunitária.

A entrevistada revela afetividade e sensibilidade em seu discurso e abre sua visão sobre o assunto. Relatou estar no segundo mandato, como conselheira e emite indignação diante das violências que presenciou durante este tempo, como também quanto à dificuldade em “punir” os possíveis agressores, pela falta de provas e testemunhas. Estas são atitudes cada vez mais comuns no meio escolar e entre aqueles que trabalham no combate à violência sexual infantil, resta melhorar o quadro de pessoas envolvidas no processo e atrair mais pessoas para a causa. O fim de tudo isto é reduzir os casos e as sequelas entre as vítimas, a escola tem uma missão preponderante nesta trajetória a ser percorrida.

Considerações finais

O abuso sexual infantil é atemporal, multiespacial e não tem hora para ocorrer, bem como, não respeita hierarquia social nem credo religioso, é multiforme. Assim, também cabem múltiplas formas no seu combate e no apoio e recuperação das vítimas. É nesta circunstância que atuam vários órgãos e entidades, entre as quais a escola, como agentes na vigilância destes crimes e na redução da frequência e das sequelas. Esta tarefa deve ser continuamente posta em ação com o apoio da família à qual precisa manter contato constante e imediato com as autoridades na proeminência dos acontecimentos, mesmo os fortuitos. O aumento de denúncias certamente contribui para que o abuso sexual infantil seja visto como um problema do coletivo social, de modo que há casos que chegam ao conhecimento público, facilitando a investigação para que se chegue a um melhor desfecho.

O preparo do profissional docente é essencial para o controle destes malquistos fatos. Este preparo formativo combinado à experiência do professor enquadra a escola nesta tarefa. Todavia, neste ofício, não raramente as turmas são montadas com mais de 40 alunos, o que dificulta sobremaneira o trabalho de identificação de anomalias relacionadas, a se tornar motivo de limitação no cumprimento deste dever, além de outros de sua atribuição. É necessário sim que a escola chame mais para si esta responsabilidade e que professores estejam mais atentos e mais sensíveis para, assim, reduzir o drama das vítimas, haja vista, estas terem reações muito distintas, conforme a personalidade, mas que em toda e qualquer condição haverá sempre resultados nas suas vidas.

Quanto aos conselheiros tutelares, assim como ocorre em parte do magistério, falta qualificação própria para lidar com o tema. Nos tempos mais recentes, conselheiros assumem mais pela sua popularidade e conseqüente capacidade de atrair os votos necessários para ganhar o cargo, menos pelo comprometimento com a causa ou pela formação apresentada. Com isto, as falhas no cumprimento de seu eventual papel, acabam por ser aviltados e, por conseguinte, os resultados são afetados negativamente.

Cabe citar ainda a precariedade e quase ausência das campanhas pela causa. Nota-se que há pouca gente comprometida em atuar diretamente e com afinco na área, vê-se agentes públicos que deixam de cumprir com as atribuições de forma adequada ou não tem qualificação apropriada. Destarte, não é difícil se adquirir a ideia de que o

problema da violência sexual infantil fica por conta da própria vítima, a qual nem sempre recebe o apoio e aparato da família ou da escola.

Os resultados obtidos neste estudo - o caso de Maribondo, acerca da atuação da escola nos casos de violência sexual infantil - retratam o que se passa em inúmeras outras localidades do estado de Alagoas e do país. Medidas urgentes e efetivas são requeridas, a fim de diminuir o drástico sofrimento dos meninos e meninas assolados por esta cruel transgressão. Estas são tarefas, além da escola, do conselho tutelar e demais níveis governamentais públicos e da sociedade como um todo, desde o poder judiciário, segurança pública, família e população, é dever de cada um e de todos.

Referências

1. BARROS, Amailson Sandro de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. *Pensando família*, v.19, n.2, p. 102-114, 2016.
2. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
3. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002
4. HAZZARD, A. Formação de professores para identificação e intervir com as crianças vítimas de abuso. *Revista de Clínica Psicologia Infantil*, p. 288-293, 1984.
5. IENCARELLI, Ana Maria B. *O perfil psicológico do abusador de crianças*. Disponível em: <http://www.profala.com/artpsico27>. Acesso em: 06 fev. 2020.
6. LAKATOS, M.; MARCONI, M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
7. LENER, T. Tratamento em situações de abuso sexual de crianças. *Jornal da rede saúde*, p.15-16, 2000.
8. LIMA, Edyane Silva de. *Violência sexual contra crianças: formação docente em discussão*. Maringá, PR: UNEM, 2013. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes>. Acesso em: 27 set. 2016.
9. LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress>. Acesso em: 15 nov. 2016.
10. MELLI, J. C. As consequências do abuso sexual para o desempenho acadêmico da criança. *Revista de Pedagogia*. São Carlos, SP, UFSC, p. 41, 2011. Disponível em: <http://www.pedagogia.ufscar.br/documen>. Acesso em: 10 mar. 2017.
11. MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (org.). *Violência sob olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: FioCruz, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n4/31.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.
12. VEET, V. *Direitos da infância e direito à comunidade: fortalecendo convergências nos marcos legais e nas escolas públicas*. Brasília, DF: ANDI, 2013.